

ENTRE A FÉ E A POLÍTICA: TRAJETÓRIA DE AGENTES PASTORAIS CATÓLICOS PROGRESSISTAS EM FEIRA DE SANTANA (1980-2000)

André Luiz Bastos de Freitas¹

INTRODUÇÃO

Buscamos analisar neste artigo a aproximação ideológica dos agentes de pastorais católicos progressistas e a trajetória de participação política dos mesmos junto aos segmentos de esquerda² de Feira de Santana no período de 1980 a 2000, onde embebidos com a praxe das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, comumente designada como “novo modo de ser Igreja” (TANGERINO, 1998, p. 11), sustentaram uma militância relevante no emergente Partido dos Trabalhadores - PT da cidade.

O papel da religião na vida social é um aspecto que ganha evidência nas reflexões de Karl Marx (1818-1883) que realiza um contraponto às explanações sociológicas de autores como Durkheim e Weber. Conhecido como relevante expoente crítico dos trâmites do capitalismo e arquiteto do socialismo científico, em 1842, Marx afirmara que a “religião não vive no céu, mas sim na terra” (HERMANN, 1997, p. 334), em alusão aos condicionamentos sociais e políticos das idéias religiosas.

Ainda segundo Hermann (1997, p. 334), “para Marx e Engels, o estudo das religiões só poderia ser feito atrelado à luta de classes, na medida em que percebiam a religião como uma ilusão destinada a mascarar e a justificar a desigualdade entre as classes sociais, cuja origem tinha bases eminentemente econômicas.”

Atentos às possibilidades históricas de manipulação das crenças e o exercício do poder religioso para a dominação social, Marx afirma “que a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para a “domesticação dos dominados”” (BOURDIEU, 2007, p. 32).

Ao longo das gerações que sucederam com a Escola dos Annales bem como o desencadeamento da História das Mentalidades que dá refúgio à História Cultural, contribuiu metodicamente para o estudo das crenças percebidas na sua dupla determinação, religiosa e política. Com efeito, ao redescobrirem o “homem comum” como elemento fundamental no desenvolvimento de transformações históricas, tanto na curta quanto na longa duração, propuseram uma abordagem problematizada dos processos históricos.

Assim, a História Cultural, segmentação metodológica evoluída da História das Mentalidades, a religião passa a ser vista como fundamental para compreender o mundo e se não há recusa de reflexões das expressões culturais advindas da elite, revela-se especial apreço pelas massas anônimas, pelo popular.

As CEBs, não surgiram como produto de geração espontânea, nem tampouco como fruto de mera decisão pastoral, a instauração de sua dinâmica nos contextos deu uma inclinação diferente à ação pastoral da Igreja. Impulsionada por um discurso clerizante que

¹ Licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia(UNEB), Campus II Alagoinhas.

²Para o intento dessa análise, “esquerda” significa o conceito referencial de movimentos e idéias endereçado ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas (GORENDER, 1990). Como também, organizações políticas que têm ou tiveram algum vínculo com a tradição marxista (COELHO NETO, 1998, p. 59).

se posicionava por superar a tradicional distância que separava a Igreja dos pobres (o contingente massivo da população) a impelia a abandonar uma postura secular de defesa do *status quo* e do *establishment* do poder. O assumo pela “opção preferencial pelos pobres” reflexos das conclusões das Conferências Episcopais de Medellín³ (1968) e Puebla (1979) se ascenderam num compromisso social, reforçando a tendência de um cristianismo comprometido com transformações da realidade. Fatores mais abrangentes que pairava no mundo ocidental no período de pós-guerra e/ou a crise de valores e costumes da sociedade refletidos nos diversos movimentos contestatórios que emergiram nos anos de 1960, poderia se somar à esteira do *arggiornamento*⁴ que passava o universo católico.

Em meio à conjuntura que passava o Brasil, a partir de 1964, como demais países do cone sul da América Latina, que com o furor e arbitrariedade das ditaduras militares que solaparam as democracias das nações impondo censuras, suspensão de direitos políticos e civis, como também fechamento de sindicatos e entidades de caráter reivindicatório, o ambiente clerical tornava-se uma válvula de escape para o protesto e a organização social. Com o recrudescimento do regime ditatorial, principalmente a partir de 1968, no Brasil, as pastorais especializadas converteram-se num espaço de organização e militância, em consequência do estreitamento dos espaços políticos. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, a Igreja Católica pôde ser identificada como uma vanguarda nas lutas em prol da democracia, dos direitos humanos e das transformações sociais, efetivamente, sobretudo, após a Conferência de Medellín, a instituição desempenhou o papel de representante, porta-voz dos “sem voz e sem vez” (BITTENCOURT FILHO, 2003).

Dom Paulo Evaristo Arns⁵, Bispo da Arquidiocese de São Paulo (1970-1990), teria tido uma atuação religiosa e social voltada para a defesa dos direitos humanos vinculando-os à pobreza. Um dos principais incentivadores das CEBs e de uma vasta rede de organizações pastorais na periferia⁶ paulistana, num momento em que a sociedade brasileira estava sob o jugo da ditadura militar e Estado de exceção que vivia o país, o arcebispo se tornava um líder nacional quando empunhava campanha pelos direitos humanos, àquela altura a Igreja e seu clero desfrutavam de uma estrutura de grande legitimidade moral, era a única instituição com autonomia suficiente para defender os direitos humanos, assumindo essa tarefa porque as outras instituições eram incapazes de funcionar.

Tornando-se referências nas lutas por melhores condições de vida ou buscando a promoção da pessoa humana, se entrecruzava o reconhecimento positivo da ética cristã dos valores humanos do Evangelho com a teoria marxista. Na explanação de Gessiene Oliveira Caldas (apud Santos, 2010, p. 81) “na história do movimento organizado a Igreja Católica

³ Conferência do Episcopado Latino-Americano realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968, tendeu a dar um mote às mudanças da Igreja no Brasil e na América Latina, se situou como um marco decisivo na recepção do Concílio Vaticano II, no sub-continente e sob seu influxo orientou o nascimento de um novo período na vida eclesial católica.

⁴ Termo utilizado pelo Papa João XXIII para designar a adaptação dos princípios católicos à emergente realidade sócio-cultural, ou, ainda, representava adaptação, adequação, sinal do esforço da instituição em buscar novas respostas para a sociedade na qual estava inserida e não perder seu espaço secularmente conquistado (SANTOS, 2010, p. 38).

⁵ A sua postura de enfrentamento contra a ditadura militar, na cidade mais industrializada do país e onde se registrava os piores índices de repressão, configurava “a voz dos que não têm voz”, ou como o mesmo afirmou: “a sociedade necessitava de uma voz e, devido à repressão nenhuma outra instituição poderia oferecer essa voz.” (MAINWARING, 1989, p. 125).

⁶ Localização urbana externa ao anel de contorno que circunda a cidade tornou-se a região precípua que se organizaram as CEBs com mais ênfase, pois com a aglutinação das massas populares nesse espaço, a religião era espaço relevante de reflexão dos problemas vividos.

sempre desempenhou um papel ativo (de fé, social e político), despertando nos fiéis a necessidade de mobilizações internas da reivindicação e da ação coletiva.”

Contudo, é plausível observar a atuação da ala progressista católica em Feira de Santana quando da mobilização junto ao movimento popular no ato de ocupação do terreno do antigo campo de aviação da cidade elevado pela Associação dos Sem-Teto, em fins de 1987, atual bairro George Américo, localizado na periferia da cidade, como também quando da participação e articulação dos desfechos das greves gerais de 1987 e 1989, que se espalhava no país e encampadas, principalmente, pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, ou ainda à exortação político-partidária ao PT local que constituído, a nível nacional, num período de pós-anistia e abertura política, representava o partido que se encontrava nas mãos da classe trabalhadora, representando os legítimos anseios populares, ganhando a adesão e escolha da base, substituíva o papel realizado pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB, único partido opositor permitido à Ditadura, após a instituição do bipartidarismo estendido no país entre 1965 e 1979, a partir de 1974, tinha exercido o papel de “guarda-chuva” das manifestações de oposição.

Se a esquerdização do catolicismo no Brasil foi precedida com a proliferação da Ação Católica a partir da década de 1930, onde se destacam a apregoação da Juventude Universitária Católica - JUC e sua convergente Ação Popular, ou Ação Popular Marxista-Leninista, a partir de 1961, elevando um compromisso evangélico com a transformação social, estabeleceu um humanismo radical dentro da Igreja brasileira, aspectos que basicamente antecipou as características fundamentais do surgimento da Igreja Popular, consubstanciada pelas CEBs no desenrolar dos anos 70. Um contraste se estabelecia no tocante à estruturação e ação desses grupos, enquanto a esquerda católica instituída com a Ação tornava-se um movimento mais elitista, pois envolvia setores de camadas médias que não tinham - ou tinha pouco - contato com as bases, em certa medida voltava-se numa formação de um número limitado de militantes, e a participação mais profunda dependia da aquiescência da hierarquia, por sua vez o movimento de base avolumava em geral pobres, pessoas com menor grau de educação formal, as massas, as classes populares e, mesmo conflitantes dispunha de um grau de autonomia em relação ao clero, com a pedagogia popular erigida com o método de alfabetização de Paulo Freire as lideranças pastorais alentava nas bases uma crítica profunda ao vanguardismo, pois se acreditava mais na tomada de posições coletivas para a construção de uma consciência crítica e política.

PONTO DE PARTIDA

Navegar sobre a inserção de agentes de pastorais católicos progressistas na vida política da cidade de Feira de Santana, inicialmente se faz necessário esboçar as transformações ocorridas na conjuntura da Igreja Católica, principalmente com as inovações advindas da eclesiologia do Concílio Vaticano II (1962-1965). Convocado e estabelecido no pontificado do Papa João XXIII, em 1959, causou grande surpresa no mundo inteiro pela falta de expectativa de haver algum interesse por parte da hierarquia católica em promover a oportunidade de discussão e revisão de questões doutrinárias e disciplinares.

Isso mudaria a face da instituição que se abrindo para o mundo construía outro pensamento social. A mudança de rumos da Igreja tomada ao longo dos anos desencadeou embates entre tendências político-pastorais que se formando no contexto macro, ou mais abrangente, se fez refletir, também, no contexto micro, ou mais particularizado da instituição. Segundo Santos (2010, p. 38): “a eleição do Papa João XXIII significou para a Igreja Católica uma alteração de “rota”, buscava-se resposta para um questionamento: qual o lugar da Igreja no mundo moderno?”

O Concílio Vaticano II apregoou uma modernização da Igreja, que procurou inovar a ação da doutrina social. Através das encíclicas⁷ “*Mater et Magistra*” (1961) e “*Pacem in Terra*” (1963) se incitava na Igreja uma tomada de posições significativas diante de problemas atuais, promovendo reformas, procurou modificar o pensamento católico oficial. Ambas as cartas desenvolviam uma nova concepção da Igreja, em sintonia com o mundo secular moderno, se comprometia em melhorar o destino dos seres humanos na terra e em promover a justiça social (MAINWARING, 1989).

Se a assembléia do Concílio representou nas palavras do Papa João XXIII um *aggiornamento* da Igreja, as suas conclusões seriam interpretadas, dentro da própria Igreja, de várias maneiras através de significados que variaram de acordo com os anseios de cada comunidade (SANTOS, 2010). Zachariadhes (2009, p. 117) explana que:

O concílio enfatizou a missão social da Igreja Católica, defendeu a importância do laicato dentro da instituição, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia para torná-la mais acessível e desenvolveu a noção de Igreja como *povo de Deus*. Substituiu a idéia de Igreja como *mestra do mundo* pela de *serva do mundo*.

Os problemas da Igreja e da humanidade, em âmbito mundial, deveriam ser debatidos sempre se levando em conta a Igreja não mais “acima do mundo” e sim “no mundo.” O espírito do Vaticano II incidiu com grande impacto sobre a Igreja no subcontinente latino-americano, a incursão teve fundamentalmente duas funções decisivas: “legitimar a renovação da Igreja já em curso e permitir uma recepção criativa do Concílio a partir de uma ótica diferente daquela em que fora pensado, feito e elaborado, a partir da perspectiva dos pobres” (BOFF, 1986, p. 20).

A realização da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, na Colômbia (1968) se encarregaria de aplicar as diretrizes conciliares na América Latina. E, nessa esteira discursiva de mudanças a III Conferência Geral ocorrida em Puebla, no México (1979) tendeu a consolidar, firmando as grandes linhas de pastoral que muito fundamentou a prática de cristãos (sacerdotes, religiosos, leigos) que postulavam mudanças substanciais da sociedade.

Se uma espécie de secularização subsidiou o diálogo da Igreja ante os acontecimentos e crises pertinentes da sociedade moderna e suas transformações, no aspecto sócio-cultural, político ou tecnológico, é com a Teologia da Libertação - TdL que se embebia em nível teórico, acometendo os cristãos por mudanças estruturais da realidade de pobreza que se encontravam - e se encontram - as sociedades periféricas latino-americanas sob o signo trágico do subdesenvolvimento. Os cristãos eram incitados a pensar na necessidade de interferir nos problemas sociais, não suscetíveis a acomodações à realidade dada, mas lutar por modificá-la, e nesse ínterim fé e vida se imbricavam.

O movimento teológico da libertação, surgido durante a década de 1970, se apresentava como uma conversão ante o pensamento católico tradicional e conservador. Os ventos de transformação social que se almejava era por instaurar uma nova acepção aos Evangelhos, quando partia sua reflexão dos problemas sócio-econômico-político do continente latino-americano, uma pátria comum perante a realidade vivida por suas nações.

Considerada como a primeira teologia germinada no contexto do Terceiro Mundo, a Teologia da Libertação ascendia uma reflexão pertinentemente preocupada com os

⁷ Cartas circulares pontifícias.

problemas de miséria e exploração vividos pela população e acentuava - e acentua - “a reflexão teológica com o sentido do compromisso dos cristãos com a justiça e a libertação dos povos” (BOFF, 1996, apud ZACHARIADHES, 2009, p. 123). Recorrendo às Ciências Sociais para auxiliar na análise da realidade, se defrontou com o marxismo, como um relevante recurso instrumental de criticidade. Os teólogos da libertação reinterpretavam o marxismo de acordo com sua visão cristã e também com sua experiência social, adaptando-o à sua realidade (BOFF, 1986).

Segundo Michael Lowy (apud ZACHARIADHES, 2010, p. 124) o uso do marxismo pelos católicos progressistas para analisar a realidade latino-americana deveu-se ao seguinte motivo:

Essa descoberta do marxismo pelos cristãos progressistas e pela teologia da libertação não foi um processo meramente intelectual ou acadêmico. Seu ponto de partida foi um fato inevitável, uma realidade brutal e geral na América Latina: a pobreza. Para muitos fiéis preocupados com o social, o marxismo foi escolhido porque parecia ser a explicação mais sistemática, coerente e global das causas para essa pobreza, e a única proposta suficientemente radical para aboli-la.

De certa forma, o cristianismo de libertação emanado das CEBs tendeu a separar o conhecimento teológico do filosófico, tomando do marxismo os conceitos de luta de classes, de desenvolvimento desigual e de liberdade, aproximaram dessas premissas aos valores cristãos e de concretização histórica do Reino de Deus, modificando-os e recriando-os pela prática social. O marxismo uniu-se à necessária liberdade de espírito que o cristianismo da Teologia da Libertação impôs à prática social de bispos, padres e agentes pastorais leigos.

Com o florescimento das CEBs, alavancada por seus agentes de pastorais, que se tornavam os principais aportes, ponto de apoio às idéias inerentes da Teologia da Libertação que Boff (1986, p. 93) anuncia:

As Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação são dois momentos de um mesmo processo de mobilização do povo e de um processo que parte do povo. As Comunidades Eclesiais representam a prática da libertação popular e a Teologia da Libertação, a teoria desta prática.

À PERSPECTIVA LOCAL

O incremento dado às CEBs na América Latina praticamente patenteou a militância de uma expressiva e mais contundente massa de católicos em movimentos sociais e populares, bem como a inserção desse segmento na esfera político-partidário de esquerda. Para efeito de nosso estudo um marco inicial que configura a incursão política de agentes de pastorais progressistas na cidade de Feira de Santana é o exórdio da década de 1970, com as ações sociais da Paróquia⁸ Senhor do Bonfim.

⁸ É uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como o seu pastor próprio, sob a autoridade do bispo da Diocese. Em síntese é uma subdivisão territorial de uma Diocese, uma circunscrição eclesiástica territorial que compreende todos os fiéis do território onde se reside.

Detentora de um extenso território que agregava dezoito bairros e cerca de quarenta comunidades na periferia da cidade, essa paróquia foi instaurada com a ordenação sacerdotal do padre Antonio Albertino Carneiro que introjetado em fins dos anos de 1960 desenvolveu trabalhos comunitários de cunho social preocupado com o alto índice de pobreza da população que compunha majoritariamente o contingente populacional da paróquia, sentiu necessidade de desenvolver um trabalho de promoção humana.

Tida como o *locus* inicial onde a planta das CEBs de Feira de Santana foi semeada, a Paróquia Senhor do Bonfim, realizava a dinamização dessa nova experiência eclesial e pastoral que tendeu a tomar rumos concretos com o assumo paroquial do missionário espanhol, Padre Fausto Franco Martinez, que em substituição ao Padre Antonio Albertino, quando da sua dispensa e saída do sacerdócio, bem como com a colaboração da freira suíça Maria Theresia Seewt, mais conhecida como Irmã Marcela, que se estabeleceu em 1982 no bairro do Campo Limpo, pertencente às cercanias dessa dada paróquia.

Apesar de se obter uma aquiescência por parte do bispado, a presença da dinâmica das CEBs na Igreja Católica de Feira de Santana registrava tensões com parte da hierarquia do clero local quando membros pertencentes da ala conservadora, contrários aos ventos de renovação eclesial, defensores dos preceitos tradicionais da Igreja, seguiam piamente as regras da neocristandade romana, uma arena de disputa pelo poder se estabelecia, diante das diretrizes a serem tomadas pela instituição na atmosfera das Assembléias Diocesanas de Pastoral convocadas anualmente.

O Encontro das Comunidades ocorrido em Serrinha, em 1º de outubro de 1989 foi uma das resoluções da assembléia diocesana de 1988. Das reminiscências de Ana Maria Breda Mascarenhas Souza, leiga que participou ativamente na organização das CEBs na cidade e exerceu o cargo de coordenadora diocesana que extraímos o seguinte registro, sobre esse evento:

A realização do Encontro das Comunidades teve como intuito sensibilizar a diocese da importância das CEBs para a Igreja de Feira de Santana.

[...]

Eu lembro que teve uma tremenda repercussão, pois reunimos no Estádio Municipal de Serrinha, cerca de três mil pessoas, oriundas de várias paróquias e comunidades da diocese... Interessante foi o momento quando falamos que a fé sem política é morta!⁹ em plena celebração. No dia seguinte foi noticiado em algumas rádios da região que pregávamos ali o comunismo¹⁰.

A busca por refletir com o povo os destinos da Igreja, a participação da base, nas diretrizes eclesiais se fazia presente nos discursos dos sacerdotes espanhóis mais envolvidos no desenvolvimento da Igreja popular em Feira de Santana, como também, por parte de freiras brasileiras ou de descendência europeia, sensíveis a convocatória das CEBs. A realização de encontros de formação, seminários, financiados, na maioria das

⁹ Expressão metafórica remetida ao texto bíblico da Epístola de São Tiago, capítulo 2, versículo 17, onde se esboça: “A fé sem obras é morta.”

¹⁰ Entrevista a Ana Maria Breda Mascarenhas Souza, em 20/12/2010.

vezes por agências internacionais católicas, que se solidarizava com a realidade premente nessa parte do mundo, instrumentalizava a prática de agentes pastorais envolvidos nas comunidades.

O PT, OS CRISTÃOS, O MARXISMO

Há uma considerável bibliografia que pesquisa o PT, em sua maioria destacando o processo de formação desse segmento partidário como um marco divisor de águas no campo das instituições da esquerda brasileira bem como na cena política do Brasil (SANTOS, 2007). No entanto, não é difícil encontrar pertinentes reflexões em literatura especializada esboços sobre vínculos entre o PT e os cristãos da Igreja Popular, a título de corroboração ou contribuição decisiva da sua organização, na maioria das regiões do Brasil.

Pretender historiar quando da inserção de cristãos que se posicionaram em oposição ao poder político no Brasil e travou um diálogo profícuo com o marxismo faz com que remontemos o quanto a Ação Popular - AP proveniente dos quadros da Juventude Universitária Católica - JUC, nos idos dos anos de 1960, tornava-se relevante como uma organização de esquerda, principalmente numa sociedade que se encontrava a mercê da ditadura militar que se instaurou no país através do golpe de Estado em 31 de março de 1964 e vigorando até 1985. A esse respeito Zachariadhes (2010, p. 135) expõe que:

A AP congregou estudantes católicos que lutavam pela transformação social no país e destacou-se no cenário político daquele momento, tendo uma influência decisiva na UNE durante a década de 60. A Ação Popular relacionava-se com os partidos comunistas e demonstrava profundas afinidades com o pensamento marxista.

A Ação Popular representou um dos principais canais católicos para a atividade política de esquerda. A organização expressava a tentativa dos católicos para criar uma sociedade justa quando já se tornara mais difícil que tal tentativa ocorresse dentro das estruturas da Igreja. Foi muito influenciada pelo padre jesuíta Henrique Cláudio de Lima Vaz, considerado como teórico e um dos principais inspiradores da AP no seu nascedouro (MAINWARING, 1989 ; ZACHARIADHES, 2010).

O período ditatorial que se inaugurou com o golpe (ou revolução de 1964, para os dirigentes militares) fez depor o Presidente da República João Goulart (1919-1976), o abortamento de manifestações públicas, cessação de direitos civis e políticos, prisões, torturas e repressão, agravadas com mortes, registravam-se como rotinas à época. Organismos e seus militantes que se opunham aos arbítrios do regime sofriam perseguições, restando o subterfúgio da clandestinidade ou o exílio político para sobreviver. A ação política de grupos de esquerda se fazia perceber, principalmente, pela resistência armada. Consoante Santana (2009, p. 155):

[...] em Feira de Santana, um grupo de estudantes formado por Péricles de Souza, Sérgio Gaudenzi e Raimundo Mendes, pertencentes à Ação Popular, tendeu articular juntamente com o Prefeito Francisco Pinto uma forma de resistência ao golpe.

Francisco José Pinto dos Santos (1931-2008), popularmente conhecido como Chico Pinto, foi prefeito eleito de Feira de Santana, pelo Partido Social Democrático - PSD, exercendo o mandato de 07 de abril de 1963 a maio de 1964, quando foi cassado pelo regime militar. Considerado um dos ícones de oposição à ditadura militar da cidade, como deputado federal em 1974 integrou a chamada “ala autêntica” do MDB (ALMEIDA, 2006, p. 165).

Com perfil de origem singular e apresentando-se como proposta inovadora no âmbito da estruturação política-partidária do Brasil, o PT começou a se organizar em 1980, perante o contexto institucional de “abertura política”, onde a própria ditadura militar, a qual o país estava imerso, dava garantias de uma volta à normalidade política, através da legalização de novos partidos, ainda que tenha imposto uma série de dificuldades para estes. O PT se configurava numa novidade no arranjo de forças políticas advindas com a Reforma Política de 1979, qual seja a ruptura com os padrões conhecidos de organização partidária brasileira, estabelecia forte enraizamento em bases sociais, com uma proposta de atuação voltada para o reforço dos laços com as lutas populares, quando tendeu abrigar setores até então marginalizados do sistema político brasileiro: o operariado metalúrgico, criando, assim, de certa forma, uma nova cultura política (MENEGUELLO, 1989 ; SANTOS, 2007).

Ainda, conforme, Meneguello (1989, p. 57) no quadro histórico brasileiro a solidificação da proposta partidária petista teve origem nos seguintes fatores:

...o PT organizou-se em torno das mobilizações do “novo sindicalismo”, de parte dos movimentos urbanos desenvolvidos sobretudo a partir da década de 70, de setores da intelectualidade e da classe política de oposição envolvidos com o debate da reforma partidária e de alguns grupos de esquerda.

Elevado como o primeiro partido de esquerda que pleiteava uma legalidade perante a ordem jurídica do país, numa conjuntura pós-anistia, pelas tradições do trotskismo e do socialismo democrático, que viera a compor seus quadros lhe autenticava a certidão de nascimento da agremiação partidária na esfera de pensamento marxista. E como todo partido de esquerda que se preze, o PT também deveria portar uma utopia, um projeto de sociedade e de conquista do Estado, enfim, uma concepção política capaz de promover alterações substanciais na realidade brasileira (ROMANO, 2008, p. 105).

O cisma entre comunistas e trotskistas, registrado por historiografias pertinentes das esquerdas nacional - ou internacional - parecia ter encontrado no PT um novo palco. Romano (2008, p 107-108), ressalta que dois aspectos específicos pareciam unir entes considerados tão distintos:

1) a certeza de que, dadas as circunstâncias e os movimentos que implicaram em sua fundação, o PT significava a materialização histórica daquele “partido operário” preconizado por Marx no *Manifesto Comunista*; 2) amparados pelo *Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores*, ambos, trotskistas e comunistas, ingressaram no PT reivindicando para si a premissa de “vanguarda” do operariado; vale dizer, este segundo aspecto seria responsável por colocá-los internamente em campos opostos no partido. Mas havia também um outro fator que os unia: a crítica comum ao que se convencionou chamar de “reformismo” do Partido Comunista Brasileiro - PCB.

A constituição de um partido de massas conferia ao PT grande importância à ideologia de esquerda, quando se envolvia na sua origem orgânica a classe trabalhadora, se preconizava grosso modo a concepção marxista de partido-classe, como único setor da sociedade capaz de promover uma transformação radical da sociedade. Igor Gomes Santos (2007, p. 26) ao analisar as origens e trajetórias do PT de Feira de Santana (1979-2000), salienta que:

Para a historiografia do “mito fundador”, a construção do PT cabia à pura subjetividade de um homem, à sua descoberta da política como um rompante. Neste sentido, a bibliografia que discute as grandes greves de fins da década de 70 e início de 80, como lutas espontâneas, ganhou sentido político para a historiografia do mito. Não só deixava à sombra o aprendizado de luta da classe trabalhadora dos períodos anteriores, como também, silenciava a respeito das atividades da militância clandestina que se fizera presente em diversas fábricas (às vezes por meio da atividade que a esquerda chamava de proletarização, isto é, deslocar militantes para locais estratégicos de organização dos trabalhadores, que podiam ser fábricas, campo etc.), mas também obscureciam e mesmo aniquilavam a memória da militância histórica de outros agrupamentos, como o PCB.

Em Feira de Santana na formação inicial do partido, conforme Ata da Convenção Ordinária para Aprovação do Manifesto, Programa, Estatuto e Eleição dos Membros do Conselho Fiscal do PT constatava na composição da chapa eleita trabalhadores, operários mesmo, num sentido fordista, somente Arnaldo Alves Pereira, ferroviário e Ovídio Gonçalves da Costa, soldador, advindos dos quadros da Ação Popular, de resto compunha seus quadros estudantes universitários, alguns profissionais liberais e militantes de organizações clandestinas¹¹.

Agentes pastorais provenientes dos setores progressistas da Igreja Católica, basicamente das CEBs, nos idos da década de 1970 exerceram papel fundamental na organização de movimentos populares urbanos, entretanto com a ascensão do PT no cenário político brasileiro uma aproximação foi muito sentida e estabelecida, principalmente em função do perfil popular que o partido empunhava nos debates de sua formação e que muito se coadunava com a mística do movimento de base.

Em entrevista a José Rogério da Silva Rosa, agente de pastoral - atual líder de comunidade - engajado nos trabalhos da Paróquia Senhor do Bonfim, desde os primórdios da década de 1980, traz em suas reminiscências os seguintes aspectos inerentes à política incrementada nas reflexões das CEBs local:

Não se tinha um vínculo partidário específico, no caso, esse é o nosso candidato [...] se discutia apoio quando se via se o candidato tinha compromisso com as demandas populares, da comunidade. Se temia um envolvimento mais profundo, pois havia um receio, em que os políticos tornassem nossos patrões, a importância mesmo era a base, a caminhada da comunidade e a reflexão da sociedade sempre se espelhava à luz da Bíblia.

¹¹ Depoimento de Gerinaldo Costa Alves ao autor em 29/11/2010.

E sobre a proximidade ideológica com o PT, participação em mobilizações sociais e estudos políticos, José Rogério Rosa pondera:

Tornei-me filiado do PT, mas hoje em dia o partido tem um comportamento muito diferente do que era, né? Acho que é devido ao neoliberalismo, que prega o individualismo, acho que o partido não é mais povão, como antes, tá diferente, mais elitizado...

[...]

Àquela época tinha-se todo um discurso sobre a chegada do povo ao poder. O povo falava e, tinha-se um discurso para o bem de todos. Lembro da participação nas greves¹², realizamos estudos sobre o marxismo, leninismo, trotskismo muito de nós da comunidade era pouco letrado, mas a prática favorecia o entendimento da teoria, é tanto que foi formado o grupo dos “mais firmes na caminhada” por membros das comunidades do Campo Limpo, daqui do Jardim Cruzeiro, e da zona rural, nossas reflexões sobre a política sempre se comparava com a Bíblia, tínhamos a preocupação de unir a fé à vida.

A militância em partidos de base popular bem pôde se configurar simbolicamente os princípios exortados da busca da transformação social para os cristãos de ala progressista, pois essa participação política era vista como uma atuação extra-eclesial, e onde se tornava mais um espaço em que se teria para denunciar injustiças, as desigualdades, enfim expor as contradições sociais e galgar o anúncio de um mundo novo, o cerne grosso modo da apregoada profecia salvífica cristã para a humanidade. E o PT era relacionado de maneira imediata com as exigências cristãs das comunidades de base.

Numa análise sobre essa religiosidade e a política, Márcio Roberto J. Tangerino (1998, p. 49) esboça:

Se a tarefa dos cristãos é a de construir uma sociedade justa então o compromisso sócio-político é compreendido como inerente à fé cristã. O partido político é compreendido como o veículo desta transformação social. E não qualquer partido, mas aquele(s) que coloca(m) como sendo sua principal tarefa, a substituição do modo de produção capitalista.

O PT emergia como abrigo político-institucional que, além de abranger as diversidades reivindicativas dos trabalhadores os colocava no horizonte político, como também, os orientavam no sentido da superação real e histórica das condições de opressão. Uma virada de mesa estava por vir, como se um novo Messias fosse esperado, a fim de libertar o povo do cativeiro da escravidão imposta pelo capitalismo, onde o possível socialismo suscitado seria como uma concretização de uma aguardada libertação, a concretização da nova sociedade.

¹² Entrevistado em 04/01/2011, José Rogério da Silva Rosa se reporta aqui à deflagração das greves gerais de 20 de agosto de 1987, como também, a ocorrida em 14 e 15 de março de 1989. Organizadas pela Central Única dos Trabalhadores - CUT e Central Geral dos Trabalhadores - CGT, a nível nacional, contou na organização e mobilização em Feira de Santana de vários segmentos populares, sindicais e partidários de esquerda, Ir. Isabel, liderança das CEBs se tornou uma das principais instigadoras da participação da Igreja no movimento.

Através do Projeto de Candidaturas Populares - PROCANP, ao qual envolveram leigos de várias comunidades, se desenvolveu o lançamento de candidaturas ao Poder Legislativo Municipal de Feira de Santana na estrutura de partidos de base popular perfilados com os reais anseios do povo que João Carlos Silveira¹³, coordenador do Conselho de Leigos da Diocese, agente pastoral engajado nas CEBs e líder comunitário da Paróquia de Todos os Santos protagonizou candidatura a vereador nas eleições de 2000, pelo PT, partido que aliás tornara-se filiado nos anos 80. Em entrevista ele fez as seguintes menções sobre essa participação política:

Nossa candidatura nasceu de uma discussão do grupo de leigos da paróquia, pois partimos do princípio que a dimensão do leigo é o mundo, sendo sujeito da história. A candidatura popular era como se fosse dar um passo à frente na busca por concretizar os reais anseios da comunidade, e a inserção no PT ia de encontro à proposta de contribuir para a transformação social, se articulando com outras comunidades almejávamos fazer um novo jeito de fazer política na cidade. Sem apoio oficial do clero, que só incentivou no início, tivemos 820 votos, de certa forma tínhamos autonomia na comunidade e a discussão política envolvia mais os leigos.

[...]

A fé era a grande motivação para a nossa organização e a comunidade se identificava, pois nosso projeto levava a discutir organizar e defender as próprias demandas, os interesses da comunidade, diferente dos tradicionais candidatos de situação que sempre se atrelavam ao prefeito e atendiam aos seus mandos.

A Paróquia de Todos os Santos foi erigida em 1989, oriunda do desmembramento territorial da Paróquia Senhor do Bonfim, sob a administração eclesial por parte de padres jesuítas (que permanecem ainda hoje) incrementavam e alimentavam a discussão social nas comunidades que compunham a sua base paroquial. E, certa forma ajudava, aos paroquianos a pensarem a sociedade, seus aspectos políticos e econômicos, bem como discutir os problemas sociais e suas causas, “era comum Padre Alfredo Dórea afirmar que a Igreja não pode se reduzir ao sacramento.”¹⁴ Leonardo Boff (1990, p. 33) em: **Implosão do socialismo e teologia da libertação** explana que:

Marx nunca entendeu o socialismo como uma oposição ao capitalismo, mas uma realização dos ideais proclamados pela revolução burguesa: liberdade e dignidade do cidadão, seu direito ao livre desenvolvimento e à participação na construção da vida coletiva e democrática. A preocupação de Marx era esta: por que a sociedade burguesa não consegue realizar para todos os ideais que proclama? Ela produz o contrário do que quer. O trabalhador deveria ser sujeito do trabalho; ele se transforma em objeto, porque sua força de trabalho vira mercadoria; é um objeto que é oferecido no mercado e é pago em salários. A economia política deveria satisfazer as necessidades humanas (comer, vestir, morar, se comunicar etc.), mas na realidade ela atende às necessidades do mercado, em grande parte artificialmente induzidas. No

¹³ Entrevista de João Carlos Silveira, em 08/01/2011.

¹⁴ Depoimento de José Rogério Rosa em 05/01/2011.

capitalismo tudo vira mercadoria, coisa que dá dinheiro: desde as realidades mais sagradas como a religião e a mística até os objetos mais comecinhos como arroz e feijão. Toda atividade humana e o que produz se medem em valor monetário. Os objetos produzidos viram sujeitos e os sujeitos objetos.

O sistema econômico capitalista se baseia na apropriação privada dos meios de produção, na organização da produção visando o lucro, empregando, sobretudo, o trabalho assalariado para tal finalidade. Esta situação divide a sociedade em classes, criando interesses antagônicos, fazendo surgir, por conseguinte a luta de classes. Para Marx a saída idealizada para superar as contradições sociais do capitalismo dar-se-ia com a troca desse modo de produção ao invés da sociedade privada faça-se introduzir a propriedade social como meio de modificar as relações humanas e oferecer tão somente as chances de desenvolvimento dos indivíduos. Através de novas relações e do desenvolvimento, os indivíduos não seriam mais meios e objetos, mas fins e sujeitos.

Esses aspectos consolidavam o socialismo que para Marx e Engels se tornaria como uma última etapa, antes do advento da grande utopia do comunismo. E os primeiros interessados nesse processo de mudanças seriam as vítimas do sistema capitalista, os dependentes trabalhadores, o proletariado assalariado. Em princípio, o proletariado industrial era o portador natural da consciência revolucionária de classe e o forjador principal da nova sociedade socialista. Entretanto, hoje há consenso em afirmar que a hegemonia num processo de mudança se dá por uma coligação de campos de força em comunhão com as assim chamadas classes populares, que englobariam o bloco histórico e social dos oprimidos da presente ordem. Este conjunto de forças articuladas entre si seria o sujeito histórico da transformação social. Nesse contexto é que emerge a problemática dos excluídos, designados por Marx de *lumpemproletariado*, constituindo em nossas sociedades de capitalismo dependente as massas, as grandes majorias (BOTTOMORE et al., 1988 ; BOFF, 1990).

Há perplexidades entre autores sobre como entender a irrupção, o fluxo desse setor na cena política e que pedagogia poderia ser adequada na abordagem de seus problemas vitais. O processo de conscientização conserva seu valor, mas seu alcance, com referência às massas pode ser limitado. A conscientização, além de ser um processo pedagógico, é um valor e um direito do ser humano, mas como processo possui uma forte dose de utopia, nem sempre possível de ser traduzida na prática.

Para as CEBs e seus protagonistas, os agentes de pastoral, o pensamento de Paulo Freire (1921-1997) bem pôde corroborar no processo de conscientização: tomada de consciência da realidade vivente, o conhecimento da estrutura da sociedade. Convencido de que “a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade”, Freire (1980, p. 25 e 26) propugna que:

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “des-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos

encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.

Embora tenha sido marcado pelo seu catolicismo, Paulo Freire nunca trabalhou extensivamente com a Igreja no Brasil, exilado político durante a Ditadura Militar retornou ao país no final da década de 70. Ao estimular métodos de educação popular influenciou os meios religiosos, não porque visasse diretamente à mudança da Igreja, mas porque desenvolvia novas formas de trabalho junto às classes populares, uma metodologia que ressoava muito dentro do catolicismo progressista (MAINWARING, 1989).

Conhecer para transformar tornava-se um reverberatório presente na prática dessas comunidades, pois era relevante para a formação comunitária na qual a massa, o povo organizado e imerso aprendesse a analisar a realidade criticamente. Com o princípio de enfatizar o respeito pelo indivíduo, encarando a educação como um diálogo e utilizando situações concretas para a base do ensino popular, a Igreja popular bem pôde se inspirar no pensamento de Freire quando o mesmo se pronunciava a favor de uma “nova sociedade, que, sendo sujeito de si mesma, tivesse no homem e no povo sujeitos de sua história” (MAINWARING, 1989, p. 90). Ele insistia sobre a capacidade do povo de ser sujeito da educação, opondo-se claramente a uma concepção que atribui a uma elite - a uma vanguarda - a direção, e deixa ao povo unicamente o papel da ação, da execução.

CONCLUSÃO

Não há consenso perante a historiografia sobre a exatidão temporal e local da constituição das primeiras Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. Alguns teóricos defendem que entre 1950 a 1960 já existiam comunidades organizadas, outros esboçam o seu início somente pós-golpe militar. No entanto, há convergências quanto ao Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Conferência Episcopal de Medellín (1968) como os grandes momentos impulsionadores desta dinâmica eclesial. Faustino Teixeira defende que questões sócio-culturais do catolicismo brasileiro colaboraram na instauração das comunidades (apud SANTOS, 2010, p. 45).

Feira de Santana, no limite cronológico deste estudo, não se tornou uma cidade cuja identidade católica pode ser identificada como “rosto” de CEBs, ou seja, “uma Igreja de CEBs”, mas se configurou numa “Igreja com CEBs”, não constituíram de fato uma rede na cidade, pois, praticamente, apenas uma paróquia se organizava sob essa perspectiva eclesial, concentradamente a Paróquia do Senhor do Bonfim.

Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira (1997, p.150) em análise sobre a CEB e a estrutura da Igreja, observa que as características básicas de funcionamento de uma comunidade estão pautadas, praticamente, sob os seguintes aspectos: “celebração ordinária da eucaristia, ocorrência da celebração dominical sem padre, existência de conselho comunitário e de grupo de reflexão bíblica.” Detentora de elementos peculiares as CEBs fugiam aos padrões determinantes de corte tridentina romana, quando aí toda a população católica de uma diocese é atendida pelo conjunto de suas paróquias.

As CEBs em Feira de Santana teceram uma relevante contribuição no que concerne à articulação das camadas populares nas lutas sociais, na organização de várias associações de bairros e no embate com o poder público municipal. Alavancada por seus personagens agentes de pastoral, eram apreciadas como movimento social, encontrando no marxismo

um aporte instrumental para desmascarar os mecanismos de funcionamento da sociedade, inspiradas pela Teologia da Libertação que, aliás, alimentava a prática da comunidade e a Bíblia que se constituía a principal mediação com o sagrado.

A instauração de novos atores políticos no cenário nacional e o desenvolvimento de consciência crítica de classe social orientava, por parte de agentes pastorais, a participação no PT, bem como na sua construção, pois acenando uma novidade na política brasileira, esse partido tornava-se a expressão avançada do socialismo democrático. Nascido de baixo, a partir da iniciativa autônoma de operários metalúrgicos do ABCD paulista passava a encarnar uma refundação da esquerda no Brasil. A democracia participativa assumia ares paradigmáticos, imaculado era visto como o altar onde a política se reinventava (ROMANO, 2008).

É certo que a própria realidade política, que tinha lugar naquele momento histórico, muito contribuiu para essa organicidade: momentos de transição. Nascia o novo, morria o velho. O PT enterrava o velho partido marxista-leninista e fez da prática sua principal teoria erguendo-se como um moderno partido de massas que rompendo tradições, acreditava ser gestor de uma nova cultura política. Esses aspectos bem que pôde se incorporar à prática da inovação eclesial trazida com as comunidades de base que desenvolvia as características da Igreja popular, pois suas ações muito divergiam da esquerda católica do início dos anos 60, apesar de ser oriunda dos preceitos da Ação Católica fazia-se críticas profundas ao vanguardismo (MAINWARING, 1989 ; TANGERINO, 1998).

Depois de viver as inovações advindas Ação Católica e do Vaticano II, a Igreja Católica tendeu a mergulhar, a partir de meados dos anos 80, num rigoroso inverno que reforçava a disciplina interna e a centralização. Restrições, interdições e severas críticas, à Teologia da Libertação e às lideranças progressistas por parte de organismos oficiais da Instituição eram percebidas. Em Feira de Santana as CEBs, alternando os pontos escuros da conjuntura mais geral do catolicismo, no final da mesma década apresentavam sinais de crescimento, ampliando seu raio de ação, organizavam-se novas comunidades, um período que pode ser considerado tardio para a efervescência progressista católica vivia-se, no entanto, um espírito primaveril marcando profundamente a história da Igreja local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Oscar Damião de. **Dicionário da Feira de Santana**. Feira de Santana: Santa Rita, 2006.

ALVES, Gerinaldo Costa. **Militância no PT de Feira de Santana**. Depoimento oral. Feira de Santana: [s.n.], 29 nov. 2010. 1 fitacassete (60 min.), son., estéreo. Entrevistador: André Luiz Bastos de Freitas. Entrevista concedida ao aluno regular do Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas/BA. (Membro fundador do PT de Feira de Santana).

BITTENCOURT FILHO, José. **Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social**. Petrópolis: Vozes ; Rio de Janeiro: Koinonia, 1998.

BOFF, Leonardo. **Do lugar do pobre**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. (Teologia ; 22)

_____. Implosão do socialismo e teologia da libertação. **Tempo e Presença**: Revista do CEDI, São Paulo, n. 252, ano 12, p. 32-36, jul./ago. 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Int. org. e sel. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Col. estudos ; 20)

CASTAÑEDA, Jorge G. **Utopia desarmada**: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. Trad. Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COÊLHO NETO, Eurelino. A conversão democrática da esquerda no Brasil: aspectos teóricos. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 176, jul./ago. 1998.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teorias e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. Kátia de Mello e Silva. Rev. téc. Benedito Eliseu Leite Cintral. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. (Série temas; V. 3 Brasil contemporâneo)

HERMANN, Jacqueline. **História das religiões e religiosidades**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion ; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. Trad. Myriam Veras Baptista. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (Col. polêmicas do nosso tempo ; 39)

MAINWARING, Scott. **A igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MENEGUELLO, Rachel. **PT**: a formação de um partido, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro de. **CEB**: unidade estruturante de igreja. In: BOFF, Clodovis et al. As comunidades de base em questão. São Paulo: Paulinas, 1997. (Coleção atualidades em diálogo)

ROMANO, Clayton Cardoso. **Do ABC ao Planalto**: a cultura política do petismo. 2008. 183 f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

ROSA, José Rogério da Silva. **Sobre as CEBs de Feira de Santana**. Depoimento oral. Feira de Santana: [s.n.], 4 e 5 jan. 2011. 2 fitacassete (120 min.), son., estéreo. Entrevistador: André Luiz Bastos de Freitas. Entrevista concedida ao aluno regular do Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas/BA. (Engajado nos trabalhos comunitários da Paróquia Senhor do Bonfim em Feira de Santana).

SANTANA, Cristiane Soares de. **Notas sobre a história da ação popular na Bahia (1962-1973)**. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009. (V. 1)

SANTOS, Igor Gomes. **Na contramão do sentido: origens e trajetória do PT de Feira de Santana-BA (1979-2000)**. 2007. 323 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SANTOS, Rita Evejânia dos. **Interação fé e vida: a “caminhada” das comunidades eclesiais de base em Feira de Santana (1980-2000)**. 2010. 118 f. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

SILVEIRA, João Carlos. **Sobre as CEBs de Feira de Santana**. Depoimento oral. Feira de Santana: [s.n.], 8 jan. 2011. 1 fitacassete (60 min.), son., estéreo. Entrevistador: André Luiz Bastos de Freitas. Entrevista concedida ao aluno regular do Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas/BA. (Engajado nos trabalhos comunitários da Paróquia de Todos os Santos, ex-coordenador do Conselho de Leigos da Diocese de Feira de Santana, tornou-se militante e filiado do PT de Feira de Santana).

SOUZA, Ana Maria Breda Mascarenhas. **Sobre as CEBs de Feira de Santana**. Depoimento oral. Feira de Santana: [s.n.], 20 dez. 2011. 1 fitacassete (60 min.), son., estéreo. Entrevistador: André Luiz Bastos de Freitas. Entrevista concedida ao aluno regular do Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas/BA. (Leiga e ex-coordenadora diocesana das CEBs por vários anos fez parte, também, da diretoria da Associação de Moradores do Bairro do Campo Limpo e Adjacências, em Feira de Santana).

TANGERINO, Márcio R. J. **Os impasses da prática política da igreja popular**. Campinas: Alínea, 1998.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Os jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS**. 2. ed. rev. e amp. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. **Que fez São Tomás de Aquino diante de Karl Marx**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n78/a08n78.pdf>> Acesso em: 03. nov. 2010.